

TERRA PRA QUE TE QUERO? A INSERÇÃO SOCIAL CAMPESINA DA COMUNIDADE AFRODESCENDENTE DE SÃO MIGUEL¹

LAND, WHY DO I WANT IT FOR? THE SOCIAL PEASANTRY INSERTION OF SÃO MIGUEL AFRO-AMERICAN COMMUNITY.

Aline Sônego²

Recebido em: 13/06/2008

Aceito em: 25/09/2008

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a comunidade afrodescendente de São Miguel, localizada no município de Restinga Seca, Rio Grande do Sul. Esta comunidade originou-se na década final do século XIX, a partir do momento em que ex-escravos tornam-se proprietários de terras, as quais onde atualmente a comunidade reside.

Dessa forma, o presente trabalho procurou analisar a posse da terra pela comunidade como um meio de inserção econômica e social através da noção de campesinato. Situação essa, de empobrecimento paulatino que a comunidade vem sofrendo a partir da década de sessenta do século XX, no momento em que a agricultura capitalista passa a predominar, ocasionando a crise do campesinato, e, portanto da própria comunidade.

Palavras-chave: Comunidade afrodescendente – inserção social – campesinato.

ABSTRACT

This work is a subject of study afrodescendente the community of San Miguel, located in the municipality of Restinga Drought, Rio Grande do Sul. This community originated in the final decade of the nineteenth century, from the time that former slaves become owners of land, which the community where he currently resides.

Thus, this study aimed to examine the ownership of land by the community as a means of economic and social integration through the concept of peasantry, the situation of gradual impoverishment that the community is suffering from the sixties of the twentieth century, when the capitalist agriculture will dominate, causing the crisis of peasantry, and therefore the community itself.

Keywords: Afrodescendente Community – Social Insertion – peasantry.

1 INTRODUÇÃO

A comunidade afrodescendente de São Miguel, localizada no município de Restinga Seca, Rio Grande do Sul, originou-se nos anos finais do século XIX, a partir do momento em que ex-escravos tornam-se adquirentes de terras e naquele espaço passam a delinear meios de inserção social e econômica através da forma campesina de domínio da terra.

¹ O presente artigo é derivado de minha Monografia de Especialização em História do Brasil, homônima, sob orientação de Diorge Alceno Konrad, Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP e Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria.

² Especialista em História do Brasil, licenciada em História pela UFSM e Técnica em Assuntos Educacionais CESNORS/UFSM. E-mail: aline_sonego788@hotmail.com.br.

Mais do que reconstituir a historicidade desta comunidade, o presente estudo teve como objetivo analisar de que forma ocorreu a organização campesina como meio alternativo de inserção social dos ex-escravos, frente a uma nova configuração sócio-econômica advinda do final da escravidão.

Esta comunidade possui particularidades sobre sua situação histórica que são percebidas até os dias atuais: o isolacionismo frente ao avizinhamo de descendentes de imigrantes italianos e alemães, o aspecto econômico de características campesinas e a busca identitária dos membros desta comunidade negra. Nesse sentido, a análise prioriza desde meados do século XIX até os dias atuais, evidenciando que as vivências históricas da comunidade persistem e condicionam a realidade presente.

2 AS ORIGENS DA COMUNIDADE AFRODESCENDENTE DE SÃO MIGUEL

A comunidade afrodescendente de São Miguel localiza-se no município de Restinga Seca, no Rio Grande do Sul, e está situada a dez quilômetros da sede municipal. Atualmente residem na comunidade cerca de quatrocentas e setenta pessoas, em uma área inferior a cinquenta hectares.

As terras onde a comunidade reside faziam parte, no século XIX, de uma área fronteira entre as sesmarias dos Martins Pinto e dos Carvalho Bernardes. Por ser uma área composta por matos, não tinha grande valorização em relação à ocupação, pois como a atividade criatória era predominante, as pastagens de campos abertos eram mais visadas.

A comunidade atualmente ainda preserva, através da memória passada através das gerações, resquícios de suas origens. Atribuem a Geraldo, a fundação da comunidade. Considerado um escravo valente, ele não se curvou diante das maldades dos Martins Pinto, perversidade esta difundida também pela oralidade na região. A memória do “vovô Geraldo” é um marco identitário da comunidade, em sua origem comum.

O escravo Geraldo aparece no inventário de Santos Martins Pinto, então na idade de cinco anos. Posteriormente, no inventário de José Carvalho Bernardes, aparece novamente um escravo de nome Geraldo, então com trinta e oito anos de idade. Seguindo uma linha cronológica, através das datas e da idade, percebe-se que se trata do mesmo escravo, que em um dado momento teria sido vendido pelos Martins Pinto aos Carvalho Bernardes. Na composição da memória da comunidade, este fato tratou-se de um ato insurrecional do fundador da comunidade para com seu senhor.

No inventário de José Carvalho Bernardes, Geraldo é apresentado como pardo, doente, de valor de setecentos mil réis, casado com Maria e até então com quatro filhos. Ele é o único escravo que aparece como casado entre os demais. Além disso, observa-se, através da

comparação do preço de outros escravos, “sadios” e de idade inferior, que o escravo Geraldo, apesar de doente, possuía ainda um alto valor. Nesse caso, percebe-se que talvez Geraldo possuísse alguma importante função na sesmaria. Outro indício desta hipótese era que ele recebia de seu senhor os terneiros guachos, isto é, terneiros que eram criados sem a vaca. Com a venda destes, Geraldo conseguiu o dinheiro necessário para comprar as terras, onde a comunidade reside atualmente.

A partir desta situação, evidencia-se a constituição por parte dos escravos, alternativas de atividades econômicas que se delineavam concomitantemente ao escravismo. Desde os tempos coloniais, os senhores concediam aos escravos, parcelas de terras entre seus domínios, afim de que estes preparassem e cultivassem o terreno nos domingos e dias santos.

A existência de uma produção econômica realizada e voltada para os próprios escravos interessava aos senhores, ao passo que a produção de alimentos pelos próprios cativos diminuía os custos de manutenção destes trabalhadores. Por outro lado, além dos aspectos econômicos, o acesso a terra prendia, de certa forma, os cativos, que desejosos de conseguir comprar sua alforria, dedicavam-se com afinco ao trabalho.

Sobre a permissão ao acesso a terra concedida aos escravos, tem-se estudos que conceituam esta questão. Segundo Ciro Flamarion Cardoso, deve-se a Tadeusz Lepkowski a expressão “brecha camponesa” para designar atividades econômicas que, nas colônias escravistas escapavam do sistema entendido como plantation, sendo distinguido por duas modalidades, tais como: a economia independente de subsistência que os quilombolas organizavam em seus quilombos e os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto nas fazendas aos escravos não-domésticos, criando o que o autor chama de mosaico camponês escravo. Outro autor, Sidney Mintz, para distinguir o panorama das atividades camponesas sob o regime escravista utiliza o termo protocampesinato escravo, referindo-se às atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas e no tempo para trabalhá-las, concedidos no interior das fazendas, com a eventual mercantilização de sua produção (Apud CARDOSO, 1987, p. 54-55).

No caso da propriedade dos Carvalhos Bernardes, como a atividade econômica predominante era a pecuária, o incentivo aos escravos de constituir uma economia relativamente própria estava em conceder terneiros guachos e permitir que estes fossem criados nos seus domínios territoriais.

Nesse período, há outro aspecto relevante para a compreensão deste processo de aquisição de terras pelos libertos: o contexto de mercantilização das terras da região. Isto porque a necessidade de mão-de-obra e de povoamento efetivo da região Sul fez com que o governo imperial incentivasse a criação de colônias imperiais italianas e colônias provinciais

alemãs na região do Planalto e da Serra Gaúcha. A necessidade de mais terras para dar conta da grande leva de imigrantes e devido também sua localização limítrofe, fez com que fosse criada a quarta colônia Imperial de Santa Maria da Boca do Monte. Porém, após o período de estabelecimento, ocorreu um movimento de expansão da Colônia e de re-imigração para outras regiões. Dessa forma, os imigrantes que chegavam necessitavam novas terras, e os que já estavam estabelecidos buscavam novas áreas, com terras mais planas e de melhor acesso às vias de trânsito (GIMENO, 2003,p.12).

Nos arredores da Quarta Colônia existiam extensas áreas de várzea ocupadas por grandes proprietários. Entre estes estavam os Carvalho Bernardes e os Martins Pinto. Muitos destes grandes proprietários interessaram-se em vender suas terras às Companhias de Loteamento que, após demarcar as áreas compradas, as repassavam, através da venda, aos colonos imigrantes os lotes territoriais.

Dessa forma, observa-se que começou a existir na região um significativo mercado de terras no centro do Rio Grande do Sul, ocasionada pela expansão das colônias de imigração. A terra passou a ser efetivamente tratada como o bem passível de especulação mercantil. Proprietários de grandes extensões de terra, como no caso de Miguel Martins Pinto, começaram a vender suas terras, percebendo assim um lucrativo negócio.

O proprietário Miguel Martins Pinto começou a vender parte de suas terras em 1883, quando as vendeu a Antonio Peixoto de Oliveira e ao Major Francisco Pedro Sertório Leite, que em sociedade, pagaram a quantia de 8 contos de réis por “meia légua de campo e matos”, e com “área superficial de 4.500 braças quadradas, sitas no terceiro distrito de Cachoeira” (2003, p. 12).

Miguel Martins Pinto venderia mais tarde, em 1897, as terras que formaram a comunidade de São Miguel, situadas à esquerda do Arroio da Divisa e do Arroio Vacacaí Mirim.

Este contexto de oferta de terras foi um dos aspectos relevantes para entender a aquisição de terras por Geraldo, que registrou as mesmas em 1892. Isso porque, a movimentação mercantil da terra observada através de registros inventariais e de transmissões, especialmente no caso da família Martins Pinto, trouxe a possibilidade aos libertos de adquirirem terras.

Verifica-se que, com a comercialização das terras realizada por estes grandes proprietários, o espaço fundiário passou a ter uma nova estrutura. O extenso latifúndio de criação deu lugar há inúmeros minifúndios de agricultura, onde se estabeleceram famílias de imigrantes italianos e alemães, na região que anteriormente era parte do latifúndio pastoril de Miguel Martins Pinto. Na região de São Miguel, nas primeiras décadas do século XX,

desenvolveu-se o primeiro núcleo de ocupação do território do município de Restinga Seca. Em São Miguel havia armazéns, carpintaria, ferraria, um pequeno hospital e uma casa de crédito, sendo assim, uma região em franco desenvolvimento urbano. Com a construção da viação férrea e da estação, na atual sede do município, é que ocorreu seu posterior desenvolvimento, emancipando-se Restinga Sêca em 25 de março de 1959.

No registro de compra efetuado por Geraldo, aparece como sendo o vendedor Vicente Ferreira dos Passos. Este, pelo que se consta nos registros de transmissões, tratava-se de um negociante de terras, já que aparece como sendo adquirente de lotes de terras da família Martins Pinto e assim como de outras famílias proprietárias da região.

Além de Geraldo Martins Carvalho, os ex-escravos Ismael Jorge Cavalheiro, Bento Benedicto dos Anjos e Martimiano Rezende de Souza também compraram terras na última década do século XIX. As aquisições de terras continuaram sendo efetuadas nas décadas iniciais do século XX. Em 1898, Belmiro Geraldo de Carvalho compra de Vicente Ferreira dos Passos meio lote de colônia. Nércio Belmiro de Carvalho, filho de Geraldo, compra de Ismael Cavalheiro 12.100 metros quadrados em 1915, confrontando ao norte com as terras de Belmiro Geraldo de Carvalho e ao sul com as terras do próprio Ismael, a leste com as terras de Germano Ehrhardt e a oeste com as terras de seu pai Belmiro Carvalho.

Em 1920, Belmiro compra do tenente coronel Paulo Magnun Helberg 227.466 metros quadrados, conjuntamente com seu irmão Nércio Belmiro. Ainda em 1920, Nércio compra do mesmo tenente coronel Paulo Magnun Helberg mais terras totalizando para si 125.83 metros quadrados. Portanto, a aquisição de terras por Ismael, Geraldo e filhos somou-se em aproximadamente trezentos hectares.

3 A INSERÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA COMUNIDADE AFRODESCENDENTE DE SÃO MIGUEL ATRAVÉS DO CAMPESINATO

Além de analisar os aspectos que demonstram as circunstâncias em que a aquisição de terras foi realizada pelos primeiros membros da comunidade negra de São Miguel, interessa a este estudo especificar de que forma os ex-escravos inseriram-se social e economicamente, através do campesinato.

Neste sentido, buscou-se nos autores a definição do termo campesinato e a partir desta, procurou-se definir também um conceito de campesinato negro, termo este bastante em voga em trabalhos que trazem estudos sobre comunidade remanescentes de quilombos.

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, a noção de camponês é, talvez, uma das mais escorregadias que existem para poder definir diferentes realidades no tempo e no espaço. Analisando as acepções dadas ao termo por diferentes autores, Cardoso diz que uma estrutura

camponesa se define, sobretudo, do ponto de vista econômico, pelas seguintes características: acesso estável a terra, seja na forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; trabalho predominantemente familiar, o que não exclui em certos casos o uso de uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar; economia fundamentalmente de subsistência, sem portanto, excluir a vinculação eventual ou permanente ao mercado e; certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ao definir o que se plantar, quando e de que maneira a atividade será realizada (1987, p.52).

Mário Maestri, em sua definição sobre campesinato, parece concordar com Cardoso, conforme a seguinte colocação:

Compreendemos como unidade produtiva camponesa o núcleo dedicado a uma produção agrícola e artesanal autônoma que, apoiado essencialmente na divisão e na força de trabalho familiar, volta-se à satisfação das necessidades de subsistência. A mercantilização de parte da produção busca enfrentar necessidades superadas através das trocas e da economia monetária (2002, p. 150).

Partindo destas definições sobre o termo campesinato, pode-se considerar que a comunidade afrodescendente de São Miguel constituiu-se em uma comunidade campesina desde sua origem, pois possui um território localizado no meio rural e retira de suas terras basicamente os recursos econômicos necessários para sua manutenção através da atividade horticultora, pequenas lavouras e criação de animais.

O campesinato brasileiro caracteriza-se pela heterogeneidade cultural, o que resultou na construção de diversas formas de ocupar e lutar pela terra. Uma destas facetas do campesinato brasileiro diz respeito às comunidades remanescentes de quilombos. Diversos estudos apresentados recentemente trazem à tona realidades tipo como, no início do século XXI, pode-se encontrar agrupamentos humanos com passado colonial e sobrevivências culturais presentes na prática e na memória viva dos mais velhos, que integram o universo rural brasileiro. Nestes, existem vários aspectos sócio-econômicos-culturais importantes para caracterizar a dinâmica grupal e familiar dos homens e mulheres que vivem no meio das florestas e matas, montanhas e rios, ou mesmo, de certa forma, em contato dinâmico com os demais setores da sociedade – herdeiros de um passado, cuja materialização são as terras de negros, também definidos como terras de quilombos. Elas vivenciam o uso comum das terras, praticando, ao mesmo tempo, uma agricultura baseada na mão de obra familiar, reproduzindo uma vida camponesa. Laços de solidariedade encontram-se presentes entre seus membros que aprenderam que a luta pela sobrevivência somente tem força quando é feita coletivamente.

O uso comum da terra, engendrado na sua ancestralidade, a base física e imaginária desses grupos, é de fundamental importância para os membros dessas comunidades.

Além dos aspectos que demonstram as circunstâncias em que a aquisição de terras foi realizada pelos primeiros membros da comunidade negra de São Miguel, interessa a este estudo, especificar de que forma os ex-escravos inseriram-se social e economicamente, através do campesinato.

O uso comum da terra, engendrado na sua ancestralidade, a base física e imaginária desses grupos, é de fundamental importância para os membros dessas comunidades. Seu valor se remete, portanto, à satisfação de suas necessidades mútuas, que incluem o simbólico.

Maestri (2002, p. 161-162) evidencia a fragilidade do campesinato negro ao dizer que “o caráter socializado e feitorizada da exploração da terra nos latifúndios, a debilidade e singularidade da família escrava, a singularidade das hortas dos cativos, a coesão da apropriação latifundiária foram fatores contribuintes para a inexistência de um campesinato negro substancial, antes, quando e após a Abolição.”

Uma das prerrogativas necessárias para a compreensão do campesinato negro é enfatizar a forma como os descendentes de escravos que constituíram as comunidades, como no caso de São Miguel, percebem e consideram a terra, isto é, as suas posses territoriais. Possuir a terra, ter acesso à ela, ultrapassa a questão meramente econômica. As terras quando foram adquiridas pelos membros fundadores da comunidade de São Miguel, possivelmente não representaram tão somente um meio de sobrevivência. Representaram, principalmente, uma forma de garantir um espaço para a inserção na sociedade pelos libertos. Esta inserção, mais uma vez tem a função de garantir um espaço de consolidação dos negros como parte da sociedade, assim como espaço, onde seu modo de vida e costumes seria plenamente possível. Assim, se a terra é entendida pela comunidade negra como um espaço de resistência, mesmo que inconscientemente, é também vista como um espaço coletivo. Este fato é demonstrado pela inexistência de delimitações expressas nos cercamentos nas terras da comunidade de São Miguel. Isso, porém, não significa que não há consenso sobre a quem realmente pertencem aquelas terras. Existe entre os membros da comunidade uma complexa rede de propriedade que obedece às origens ancestrais de herança.

Quem observa a comunidade externamente, não percebe esta complexidade nas relações da comunidade com a posse da terra. Talvez perceba um território só, sem divisas e até sem grande valorização por parte dos membros da comunidade. Por isso, entende-se também porque a comunidade foi alvo de grandes perdas territoriais.

A presente análise considera que a situação acima descrita faz parte do contexto de expropriação territorial ao qual a comunidade afrodescendente de São Miguel sofreu com o passar dos anos. Nas décadas finais do século XIX e início do século XX, membros da comunidade adquiriram em terras um total aproximado de trezentos hectares, sendo que

atualmente restam apenas, aproximadamente, cinquenta hectares. Os descendentes de imigrantes vizinhos à comunidade, possuindo capital disponível, puderam comprar parte das terras da comunidade. Além disso, as delimitações imprecisas das divisas entre as propriedades da comunidade e dos vizinhos imigrantes contribuíram para que a expropriação fosse realizada com o avançar das cercas.

Outra questão sobre a perda das terras da comunidade está intimamente relacionada com a crise da economia camponesa. Para entender-se esta questão buscou-se em Karl Kautsky, que analisou em *A Questão Agrária* a forma com que o sistema capitalista, especialmente através da industrialização, atingiu diretamente a auto-suficiência da economia camponesa. Apesar do autor estar referindo-se a realidade européia e no período correspondente aos séculos XVII e XVIII, suas colocações são perfeitamente válidas para a compreensão da crise estrutural que atinge o campesinato brasileiro, em meados do século XX.

Kautsky inicia sua análise descrevendo a sociedade econômica do camponês na Idade Média. Esta, bastava-se inteiramente ou quase inteiramente em si mesma, pois não produzia apenas seus gêneros alimentícios, mas como também suas lãs, seus móveis e seus utensílios. O camponês ia ao mercado para vender seu excedente de produção e comprar algumas coisas que poderiam ser consideradas supérfluas. Mas nas palavras do autor, “do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência” (KAUTSKY, 1980, p. 29).

No entanto, a partir do desenvolvimento da indústria e do comércio produziram-se novas necessidades. A indústria capitalista “se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para seu próprio uso. Assim, quando esse processo avança, aumenta a necessidade de dinheiro, não apenas para comprar coisas que poderiam ser consideradas dispensáveis, mas também coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro” (Idem, p. 31).

Portanto, o camponês deixou de ser auto-suficiente e passou a depender do mercado, transformando seus produtos em mercadoria que revertidas em forma de dinheiro, poderiam comprar outros produtos. Kautsky coloca que “o camponês foi finalmente forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês, coisa que absolutamente não foi no início: um agricultor puro” (Idem, p. 32).

Isto esclarece a situação dos membros da comunidade de São Miguel. Desde suas origens até meados do século XX, a comunidade conseguiu manter-se relativamente auto-suficiente como camponeses. Isto é demonstrado pelo fato de que os descendentes dos

fundadores da comunidade continuaram adquirindo terras na década de vinte. A chamada “revolução verde” e o crescente processo de mecanização da produção agrícola instaurada no Brasil na década de cinquenta e sessenta do século XX dificultou a produção campesina baseada exclusivamente na mão-de-obra familiar, tornando desleal à concorrência entre este tipo de produção e a produção agrícola mecanizada.

Dessa forma, os descendentes de imigrantes da região, vizinhos à comunidade, conseguiram de certa forma adaptar-se a esta nova realidade econômica, acumulando capital necessário para mecanizar suas lavouras e para investir na compra de novas áreas territoriais. Tornaram-se os chamados agricultores puros, mercantilizando a sua produção. O alvo de compra foi direcionado às terras da comunidade negra, que sem condições de investir efetivamente na produção agrícola mecanizada e muito menos de concorrer com esta, acabou por desfazer-se de parte de suas terras através da venda.

A área territorial diminuiu, mas a população da comunidade cresceu. Os membros da comunidade de São Miguel continuaram a dedicar-se à atividade de subsistência, através da horticultura, das pequenas lavouras e da criação de animais. No entanto, a situação de crise do campesinato, faz com que o camponês não consiga sobreviver somente com a produção na sua terra, levando os camponeses a vender a sua mão-de-obra, tornando-se proletários. Isso ocasiona o fenômeno já analisado por Kautsky (Idem, p. 34-35) onde surge,

(...) entre os pequenos lavradores a necessidade de ganhos acessórios, obtidos fora de sua própria exploração. A terra deles é muito limitada para fornecer o excedente sobre as necessidades de sua própria casa. Eles não tem produtos agrícolas que possam levar ao mercado. A única mercadoria que podem vender é a sua força de trabalho, que só temporariamente é reclamada em globo pela sua própria exploração.

Dessa forma, conforme se verificou pelas ocupações realizadas dos membros da comunidade de São Miguel, grande parte dos pais de família trabalham como diaristas nas lavouras de arroz e fumo, a fim de poder assegurar rendimentos para o sustento da família. Esta forma de trabalho é caracterizada por ser sazonal, fazendo com que os rendimentos desse período, não consigam dar conta dos gastos do resto do ano.

Em uma área de aproximadamente cinquenta hectares, que abriga cerca de noventa e cinco famílias, o uso da terra por família fica restrito a meio hectare. Sem possibilidades de ampliação da área territorial e de incentivo através de créditos agrícolas, a população mais jovem se vê compelida a buscar outras regiões que ofereçam oportunidades de trabalho.

É importante salientar que os membros da comunidade não estão passivos frente a esta situação, apesar de que na ótica dos membros externos à comunidade, esta permanece em

total estado de estagnação. Isto porque é parcial o conhecimento que se tem sobre as lutas que a comunidade travou desde que se constituiu neste território. Pode-se exemplificar pelo fato das terras terem sido adquiridas através da compra. Assim como, pode-se também destacar a inospitalidade ao qual sofreu ao longo do tempo, através do isolacionismo externo imposto e de culturas de origem européias circundantes. A escola que atende as crianças da comunidade também foi uma luta travada pelos líderes da comunidade, entre eles, o Senhor Idelmiro Carvalho, conhecido como “Tio Panda” que requisitou as autoridades municipais a necessidade de uma escola, realizando um levantamento do número de que seriam alunos beneficiados, assim como fez a doação do terreno onde atualmente a escola se encontra edificada.

Atualmente a comunidade afrodescendente de São Miguel reivindica através de seus líderes comunitários e através da Associação Comunitária Vovô Geraldo, projetos culturais e de melhorias para a comunidade e a sua regularização fundiária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente a comunidade afrodescendente de São Miguel foi reconhecida como comunidade remanescente de quilombo, e em vista disso, está recebendo algumas benesses. Através do programa do governo denominado RS-Rural, a comunidade recebeu a títulos de fundos perdidos para o investimento em infra-estrutura e na geração de renda familiar. Além disso, está sendo conduzido o processo de titulação das terras da comunidade.

Apesar deste processo de reconhecimento estar caminhando a passos lentos, sendo que a mera titulação territorial não garante a efetiva melhoria na qualidade de vida e da verdadeira condição de cidadania para as comunidades remanescentes de quilombos, se reconhece que somente a partir desse processo é que está sendo realizado efetivamente algo em prol da inserção social dos afrodescendentes.

O atraso de mais de cem anos em que chegam estas medidas partindo do Estado, de não negar a problemática da inserção do negro na sociedade está sendo feita, mas em “contagotas”.

No caso da comunidade afrodescendente de São Miguel, observa-se que as efetivas concretizações destas medidas partindo do Estado mostram-se bastante superficiais. No entanto, essas medidas serviram como agente sinalizador para que a própria comunidade se organizasse e pleiteasse as mudanças em seu meio. No decorrer deste artigo, exemplificaram-se as lutas pelas quais a comunidade travou. Lutas muitas vezes surdas aos ouvidos dos demais membros do município de Restinga Seca.

Através da presente análise, observa-se que, ao longo do tempo, muitas vezes a comunidade foi alvo de políticas assistencialistas, mas que careceu e carece ainda de medidas de inserção social e econômica cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José C. G. dos, SILVA, Sérgio B. da. (org). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e directos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANJOS, José. LOPES, Dilmar. SILVA, Paulo. **Lauda antropológico e etnohistórico sobre a comunidade rural negra remanescente de quilombo de São Miguel – Restinga Seca**. Porto Alegre: 2002.

BARCELLOS, Daisy et al. **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion (org). **Escravidão e abolição no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARRIL, L. F. B. “Trabalho e excedente econômico: remanescentes de quilombos no Brasil”. **Scripta Nova**, Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119(39), 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-39.htm>. Acesso em 27 set. 2004.

GIMENO, Alejandro J. F. **Nos arredores da colônia : ospropietaários nacionais e o comércio de terras no contexto de imigração italiana**. Santa Maria, UNIFRA:2003. Trabalho Final de Graduação.

GIULIANI, Silvia. **São Miguel: Origens de uma comunidade afro-brasileira**. Santa Cruz do Sul, UNISC: 2001. Monografia de Especialização.

KAUTSKY, Kart. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEITE, ILKA Boaventura. **O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MAESTRI, Mário “A aldeia ausente: índios, cablocos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro”. In: **As portas de Tebas**. Ensaio de interpretação marxista. Passo Fundo: Editora da UPF/CEM. RS, 2002.

_____. “Trabalhadores escravizados e livres na fazenda pastoril”. In: **As portas de Tebas**. Ensaio de interpretação marxista. Passo Fundo: Editora da UPF/CEM. RS, 2002

MARQUES, Sônia dos Santos. **São Miguel: educação e identidade negra**. Caçapava do Sul, Universidade Cândido Mendes. UCAM. Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA: 2000. Relatório de Pesquisa.

OLIVEIRA, Lacy Cabral de. **Evolução histórica, política e administrativa do município de Restinga Seca.** [SI.: SN], 1983.